



Número: **0719171-32.2020.8.07.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Conselho Especial**

Órgão julgador: **Gabinete da Desa. Fátima Rafael**

Última distribuição : **24/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Aposentadoria**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR (IMPETRANTE)	
	RAFAEL DARIO DE AZEVEDO NOGUEIRA (ADVOGADO) ALEX LUCIANO VALADARES DE ALMEIDA (ADVOGADO)
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL (IMPETRADO)	

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS (FISCAL DA LEI)	
DISTRITO FEDERAL (INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23931000	10/03/2021 17:02	Acórdão	Acórdão

Órgão	Conselho Especial
Processo N.	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 0719171-32.2020.8.07.0000
IMPETRANTE(S)	ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR
IMPETRADO(S)	GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Relatora	Desembargadora FÁTIMA RAFAEL
Acórdão Nº	1314523

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONCURSO PÚBLICO. POSSE EM RAZÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. REVOGAÇÃO. DETERMINAÇÃO DE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR. APOSENTADORIA. CASSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Há justo receito a amparar o mandado de segurança preventivo, pois embora não praticado o suposto ato ilegal, a Procuradoria do Distrito Federal notificou o Governo do Distrito Federal acerca do trânsito em julgado da decisão que impedia a exoneração do autor e recomendou a cassação da sua aposentadoria.
2. A tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 608.482, julgado em regime de repercussão geral, a respeito da inaplicabilidade da teoria do fato consumado para a manutenção em cargo público em razão da revogação de



tutela provisória, não se aplica à hipótese de cassação de aposentadoria.

3. Não é dado ao julgador impor ao agente público que tenha exercido o seu cargo por mais de 20 (vinte) anos por força de decisão precária, a cassação da sua aposentadoria como consequência da revogação da tutela provisória, conferindo interpretação ampliativa à norma.
4. Segurança concedida. Agravo Interno prejudicado.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores do(a) Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, FÁTIMA RAFAEL - Relatora, MARIA DE LOURDES ABREU - 1º Vogal, JAMES EDUARDO OLIVEIRA - 2º Vogal, MARIO MACHADO - 3º Vogal, CARMELITA BRASIL - 4º Vogal, CRUZ MACEDO - 5º Vogal, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - 6º Vogal, HUMBERTO ULHÔA - 7º Vogal, J. J. COSTA CARVALHO - 8º Vogal, SANDRA DE SANTIS - 9º Vogal, ANA MARIA AMARANTE - 10º Vogal, JAIR SOARES - 11º Vogal, MARIO-ZAM BELMIRO - 12º Vogal, NILSONI DE FREITAS CUSTODIO - 13º Vogal, JESUINO RISSATO - 14º Vogal, ROBERTO FREITAS - 15º Vogal, ALFEU MACHADO - 16º Vogal, RÔMULO DE ARAÚJO MENDES - 17º Vogal e LEILA ARLANCH - 18º Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA, em proferir a seguinte decisão: Admitido o mandado de segurança, concedida a segurança. Julgado prejudicado o agravo interno. Unânime., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 09 de Fevereiro de 2021

Desembargadora FÁTIMA RAFAEL
Relatora

RELATÓRIO

Cuida-se de Mandado de Segurança preventivo impetrado por **Eliel Flores Roriz Junior** contra ato reputado ilegal que poderá ser praticado pelo **Governador do Distrito Federal**, consistente na cassação da sua aposentadoria.

Informa o Impetrante que exerceu o cargo de Agente Penitenciário no período de 28.9.1999 a 27.5.2019, por



força de decisão precária.

Relata que, após o trânsito em julgado do RE nº 608.482/RN pelo Supremo Tribunal Federal, a 1ª Turma do STJ, em juízo de retratação, indeferiu sua continuidade no cargo, nos autos do RMS 39.644/DF, o qual transitou em julgado em 8.3.2018.

Salienta que, em razão disso, a Procuradoria do Distrito Federal notificou a autoridade coatora (Governador do Distrito Federal) e pediu a exoneração do servidor, a qual se converterá em cassação de aposentadoria ante a impossibilidade de ser exonerado, com os seguintes fundamentos:

“(…)

Informando o trânsito em julgado favorável ao Distrito Federal nos autos do mandado de segurança 2011.00.2.020835-5, em que foi denegada a ordem que buscava impedir a exoneração do autor. Com o trânsito em julgado da decisão e, ainda, diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior.

(…).”

Relata que é da competência exclusiva do Governador do Distrito Federal exonerar e demitir servidores e, por consequência, cassar aposentadoria, o que o legitima a ocupar o polo passivo do mandado de segurança como autoridade coatora.

Sustenta que a cassação de aposentadoria é prevista apenas nos casos de demissão de servidor público e acumulação ilegal, inexistindo previsão legal dessa sanção nos casos de exercício do cargo e aposentadoria assegurados por decisões judiciais precárias.

Assevera que a aposentadoria voluntária constitui direito adquirido, ato jurídico perfeito e aos princípios da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana, o que impede a cassação nas hipóteses em que o servidor já contribuiu pelo tempo necessário à concessão do benefício previdenciário.

Aduz que “o direito à aposentadoria submete-se aos requisitos próprios do regime jurídico contributivo, ou seja, não é um privilégio, mas um direito incorporado ao patrimônio do agente, que exerceu durante um período uma contraprestação para ter direito ao recebimento do benefício”.

Diz que a concessão de aposentadoria tem o condão de romper o vínculo do servidor com a Administração Pública, nos termos do art. 39, § 14, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Requer a concessão de medida liminar para que a autoridade coautora se abstenha de cassar sua aposentadoria.

No mérito, pugna pela manutenção da liminar concedida, para impedir que o Governador do Distrito Federal casse sua aposentadoria.

Custas recolhidas (Id. 17134744).



A liminar foi concedida (Id. 17314152).

As informações foram prestadas (Id. 17909306 e Id. 17910907).

O Distrito Federal opôs Agravo Interno, no qual afirma, em resumo, que não existe óbice ao prosseguimento do processo administrativo de cassação de aposentadoria do Impetrante (Id. 18147702).

O Impetrante apresentou contrarrazões (Id. 20682053)

A douta Procuradoria de Justiça opinou pela concessão da segurança (Id. 19698938).

É o relatório.

VOTOS

A Senhora Desembargadora FÁTIMA RAFAEL - Relatora

Cuida-se de Mandado de Segurança preventivo impetrado por **Eliel Flores Roriz Junior** contra ato reputado ilegal que poderá ser praticado pelo **Governador do Distrito Federal**, consistente na cassação da sua aposentadoria.

Nos termos do art. 5º, inc. LXIX, da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei 12.016/2009, “*Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*”

No caso, pretende o Impetrante a concessão da segurança para que a autoridade coautora se abstenha de cassar sua aposentadoria.

Em abono à pretensão deduzida, informa que exerceu o cargo de Agente Penitenciário no período de 28.9.1999 a 27.5.2019, por força de decisão precária.

Relata que, após o trânsito em julgado do RE nº 608.482/RN pelo Supremo Tribunal Federal, a 1ª Turma do STJ, em juízo de retratação, indeferiu sua continuidade no cargo, nos autos do RMS 39.644/DF, o qual transitou em julgado em 8.3.2018.

Salienta que, em razão disso, a Procuradoria do Distrito Federal notificou a autoridade coatora (Governador do Distrito Federal) e pediu a exoneração do servidor, a qual se converterá em cassação de aposentadoria



ante a impossibilidade de ser exonerado.

Sustenta que a cassação de aposentadoria é prevista apenas nos casos de demissão de servidor público e acumulação ilegal de cargos.

Da análise dos autos, verifica-se que a controvérsia diz respeito exclusivamente à possibilidade de ser cassada a aposentadoria de servidor público em razão da revogação da decisão judicial que permitiu a sua permanência no cargo.

Constato o justo receito do Impetrante a justificar a impetração do mandado de segurança preventivo, uma vez que, embora não praticado o suposto ato ilegal, a Procuradoria do Distrito Federal notificou o Governo do Distrito Federal acerca do trânsito em julgado da decisão que impedia a exoneração do Autor e afirmou que, *“diante da inexistência de qualquer outra decisão judicial impeditiva, impõe-se a exoneração da parte autora Eliel Flores Roriz Júnior”*.

No mais, considero necessária a concessão da segurança, porque a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 608.482, julgado em regime de repercussão geral, a respeito da inaplicabilidade da teoria do fato consumado para a manutenção em cargo público, não se aplica à hipótese de cassação de aposentadoria.

Por oportuno, transcrevo o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. “TEORIA DO FATO CONSUMADO”, DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.

2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere.

3. Recurso extraordinário provido.” (RE 608482, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 07/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)

Assim, considero que a revogação da tutela antecipada que permitiu a manutenção do servidor no cargo não poderá atingir a aposentadoria voluntária concedida pelo implemento dos requisitos legais.



O servidor em comento exerceu o cargo por mais de 20 (vinte) anos e reuniu os requisitos para a concessão da aposentadoria segundo as regras do regime próprio.

Assim, embora a teoria do fato consumado não possa ser aplicada para manutenção no cargo público de servidor admitido por força de decisão judicial precária, a sua revogação e determinação de exoneração não têm o condão de atingir a aposentadoria concedida com observância aos requisitos legais.

Por fim, a Lei Complementar distrital 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, permite a cassação da aposentadoria apenas nas hipóteses em que o servidor na ativa comete penalidade passível de demissão ou acumula ilegalmente cargos públicos (artigos 48, § 6º, II, e 203, parágrafo único, da LC 840/2011).

Confira-se:

“Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação.

(...)

§ 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte:

(...)

II – provada a má-fé, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.

(...)

Art. 203. A cassação de aposentadoria é a sanção por infração disciplinar que houver sido cometida pelo servidor em atividade, pela qual se impõe a perda do direito à aposentadoria, podendo ser cominada com o impedimento de nova investidura em cargo público.

Parágrafo único. A cassação de aposentadoria é aplicada por infração disciplinar punível com demissão.”

Se assim é, não é possível ao julgador impor ao agente público que tenha exercido o seu cargo por mais de 20 (vinte) anos por força de decisão precária, ter cassada sua aposentadoria como consequência da revogação da tutela provisória, conferindo interpretação ampliativa à expressão exoneração contida na norma de regência, ainda que por analogia. São institutos – exoneração e cassação da aposentadoria - que carregam conceitos e finalidades distintos, não podendo um substituir o outro, ainda mais porque a Lei que rege o regime jurídico dos servidores só contempla duas hipóteses de cassação da aposentadoria.

Destaco que a norma legal, quando trata da possibilidade de cassação de aposentadoria por conduta praticada por servidor na ativa, o faz de forma explícita, de modo a não colocar o intérprete e o aplicador do



direito em dúvida.

Portanto, o legislador quando quis prever a sanção de cassação de aposentadoria o fez de forma clara, transparente, indene de dúvidas, exatamente porque os conceitos de ambos são distintos e inconfundíveis. Desse modo, onde a lei alude à exoneração não se pode ler cassação de aposentadoria, porque, repito, essas expressões carregam conceitos distintos.

Deve-se frisar, ainda, que a exoneração não possui caráter punitivo, ao contrário da cassação de aposentadoria, que é sanção por infração disciplinar cometida por servidor em atividade.

Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA PLEITEANDO PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA. POSTERIOR AÇÃO ORDINÁRIA BUSCANDO NOMEAÇÃO. A DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA NO MANDADO DE SEGURANÇA PREJUDICA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO ORDINÁRIA. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO DIANTE DA APOSENTADORIA DA IMPETRANTE. HISTÓRICO DA DEMANDA 1. A impetrante prestou concurso para o cargo de Fiscal do Trabalho, a ser realizado em duas etapas: provas e curso de formação. Não tendo sido considerada aprovada na primeira etapa, impetrou Mandado de Segurança em que obteve provimento que lhe permitiu continuar no concurso e realizar a segunda. Terminado o curso de formação, ingressou com Ação Ordinária pedindo a nomeação para o cargo, tendo obtido decisão favorável, exercido o cargo por vários anos e se aposentado. Todavia, o TRF da 3ª Região terminou por denegar a segurança, após o que, em seguida a processo administrativo em que lhe foi assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, foi editada portaria tornando sem efeito sua nomeação para o cargo e, conseqüentemente, sua aposentadoria.

CANDIDATO NOMEADO PARA CARGO PÚBLICO COM AMPARO EM MEDIDA JUDICIAL PRECÁRIA NÃO TEM DIREITO A NELE PERMANECER SE A DECISÃO FINAL LHE É DESFAVORÁVEL 2. Ao contrário do que sustenta a impetrante, a existência da Ação Ordinária, que acabou por transitar em julgado favoravelmente a ela, não lhe asseguraria o direito de permanecer no cargo, pois esta Ação era dependente do resultado do Mandado de Segurança anterior, em que buscava sua aprovação no concurso.

3. Transitada em julgado a decisão desfavorável no Mandado de Segurança pela qual ela buscou realizar a 2ª etapa do concurso, considera-se que ela não foi aprovada, e perde o objeto a pretensão de nomeação tratada na Ação Ordinária.

4. O Supremo Tribunal Federal, em julgado realizado sob a égide da repercussão geral, deu pela inaplicabilidade da teoria do fato consumado para manutenção em cargo público de candidato não aprovado em concurso (STF, RE 608.482, Relator Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 7/8/2014, Repercussão Geral - Mérito, DJe-213 p. 30/10/2014).

5. Assim, se a impetrante estivesse exercendo o cargo, não haveria nenhuma irregularidade no seu afastamento deste depois do trânsito em julgado da decisão judicial desfavorável a ela que lhe permitiu prosseguir no concurso após a primeira etapa. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA DE CONSOLIDAÇÃO



FÁTICO-JURÍDICA NO CASO CONCRETO - APOSENTADORIA.

- 6. Não obstante a compreensão acima exarada, constata-se que a impetrante, nomeada sob amparo de decisão judicial liminar, exerceu o cargo até o momento de sua aposentadoria, ocorrida vários anos antes da decisão final do Mandado de Segurança originalmente impetrado por ela para prosseguir no concurso.*
- 7. Embora o vínculo de trabalho fosse precário, o vínculo previdenciário, após as contribuições previdenciárias ao regime próprio, consolidou-se com a reunião dos requisitos para a concessão de aposentadoria.*
- 8. A legislação federal estabelece a cassação da aposentadoria apenas nos casos de demissão do servidor público e de acumulação ilegal de cargos (arts. 133, § 6º, e 134 da Lei 8.112/1990), não havendo, portanto, respaldo legal para impor a mesma penalização quando o exercício do cargo é amparado por decisões judiciais precárias e o servidor se aposenta por tempo de contribuição durante esse exercício após legítima contribuição ao sistema.*
- 9. Precedente específico: MS 18.002/DF, relator Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 21/11/2016 (acórdão aguardando publicação) CONCLUSÃO*
- 10. Segurança parcialmente concedida para manter a aposentadoria da impetrante.” (MS 20.558/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 31/03/2017)*

Ademais, tendo em vista que o acolhimento da sugestão da Procuradoria do Distrito Federal poderá implicar na cassação da aposentadoria, mostra-se presente o justo receio a evidenciar a necessidade de concessão da segurança preventiva para impedir a prática de ato ilegal.

Ante o exposto, **CONCEDO** a **SEGURANÇA** para impedir a cassação da aposentadoria do servidor Eliel Flores Roriz Junior em razão da sugestão do Ofício nº 17/2020 PGDF/GAB.

Agravo Interno prejudicado.

Sem honorários advocatícios.

É como voto.

A Senhora Desembargadora MARIA DE LOURDES ABREU - 1º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador JAMES EDUARDO OLIVEIRA - 2º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador MARIO MACHADO - 3º Vogal Com o relator
A Senhora Desembargadora CARMELITA BRASIL - 4º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO - 5º Vogal Com o Relator.



O Senhor Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - 6º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador HUMBERTO ULHÔA - 7º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador J. J. COSTA CARVALHO - 8º Vogal Com o relator
A Senhora Desembargadora SANDRA DE SANTIS - 9º Vogal Presentes os pressupostos, admito o <i>writ</i> . Insurge-se ELIEL FLORES RORIZ JUNIOR contra ato que poderá ser praticado pelo Governador do Distrito Federal, consistente na cassação da aposentadoria. Esclarece ter exercido o cargo público de Agente Penitenciário, por força de decisão judicial, de 28/9/1999 até 27/5/2019, data em que se aposentou após reunir os requisitos legais. Assevera que a Procuradoria do Distrito Federal, após decisão do STJ no RMS 39.644/DF que indeferiu sua continuidade no cargo (trânsito em julgado em 8/3/2018), notificou o Governador do Distrito Federal para que procedesse à cassação da aposentadoria, diante da impossibilidade de exoneração. Sustenta que a cassação de aposentadoria só é prevista para os casos de demissão de servidor público e de acumulação ilegal de cargos públicos. Acrescenta não existir previsão legal da sanção para os casos de exercício do cargo e de aposentadoria assegurados por decisões judiciais precárias. Argumenta que já contribuiu pelo tempo necessário à concessão do benefício previdenciário e que a aposentadoria voluntária constitui direito adquirido e ato jurídico perfeito, o que impede a cassação. Defende que o ato violaria os princípios da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana. Requer a ratificação da aposentadoria. A liminar foi deferida para que a autoridade coatora se abstivesse de cassar a aposentadoria (ID 17314152). A Procuradoria de Justiça opinou pela concessão da segurança (ID 19698938). O cerne da controvérsia é a possibilidade de cassação da aposentadoria de servidor que ocupou cargo público por força de decisão judicial. É certo que o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 608.482, decidiu, em regime de repercussão geral, pela inaplicabilidade da teoria do fato consumado para a manutenção em cargo público. Foi fixada a seguinte tese: <i>Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.</i> Todavia, tal entendimento não se aplica ao caso, pois o impetrante não ocupa mais o cargo público em questão. O servidor foi aposentado após exercer o cargo por mais de 20 (vinte) anos e reunir os requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária, pelas regras do regime próprio de previdência do Distrito Federal. Cumprе ressaltar que a Lei Complementar Distrital 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, só permite a cassação da aposentadoria nas hipóteses em que o servidor em atividade comete penalidade passível de demissão ou acumula ilegalmente cargos públicos (artigos 48, § 6º, II, e 203, parágrafo único, da LC 840/2011). Isso porque a cassação de aposentadoria é uma sanção funcional aplicada a servidor público inativo, ou, como leciona José dos Santos Carvalho Filho, uma “ <i>penalidade por falta gravíssima praticada pelo servidor quando ainda em atividade</i> ” (in Manual de Direito Administrativo, Atlas, 33. ed., p. 785). E, no



caso, não houve a prática de falta funcional pelo impetrante ou acumulação indevida de cargos públicos.

Tampouco seria possível a demissão ou a exoneração, pois tais institutos pressupõem que o servidor esteja em atividade. Na lição de Carvalho Filho, “*são atos administrativos que ensejam a extinção do vínculo estatutário do servidor público, ocasionando a vacância dos cargos*” (idem, p. 730). E, como esclarecido acima, o servidor encontra-se aposentado.

Ressalto que, embora o impetrante tenha ocupado o cargo público em caráter precário, por força de decisão judicial, efetuou regularmente as contribuições previdenciárias ao regime próprio do Distrito Federal e reuniu os requisitos para a concessão da aposentadoria, momento em que se consolidou um novo vínculo jurídico, que agora não pode ser desfeito pelo instituto da “cassação da aposentadoria”, por inexistir qualquer amparo legal para tanto.

Em caso semelhante, o Superior Tribunal de Justiça concedeu a segurança para manter a aposentadoria de impetrante que exercera cargo público em caráter precário, mas reunira as condições para se aposentar pelo regime próprio. Confira:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA PLEITEANDO PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA ETAPA. POSTERIOR AÇÃO ORDINÁRIA BUSCANDO NOMEAÇÃO. A DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA NO MANDADO DE SEGURANÇA PREJUDICA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO ORDINÁRIA. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO DIANTE DA APOSENTADORIA DA IMPETRANTE. HISTÓRICO DA DEMANDA.

(...) constata-se que a impetrante, nomeada sob amparo de decisão judicial liminar, exerceu o cargo até o momento de sua aposentadoria, ocorrida vários anos antes da decisão final do Mandado de Segurança originalmente impetrado por ela para prosseguir no concurso.

7. Embora o vínculo de trabalho fosse precário, o vínculo previdenciário, após as contribuições previdenciárias ao regime próprio, consolidou-se com a reunião dos requisitos para a concessão de aposentadoria.

8. A legislação federal estabelece a cassação da aposentadoria apenas nos casos de demissão do servidor público e de acumulação ilegal de cargos (arts. 133, § 6º, e 134 da Lei 8.112/1990), não havendo, portanto, respaldo legal para impor a mesma penalização quando o exercício do cargo é amparado por decisões judiciais precárias e o servidor se aposenta por tempo de contribuição durante esse exercício após legítima contribuição ao sistema.

9. Precedente específico: MS 18.002/DF, relator Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 21/11/2016 (acórdão aguardando publicação) CONCLUSÃO

10. Segurança parcialmente concedida para manter a aposentadoria da impetrante.” (MS 20.558/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 31/03/2017)

Portanto, em razão do justo receio de “cassação da aposentadoria” do impetrante, conforme sugere a manifestação da Procuradoria do Distrito Federal encaminhada ao Governador, sem qualquer amparo legal, concedo a segurança, nos termos do voto da e. Relatora.

A Senhora Desembargadora ANA MARIA AMARANTE - 10º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador JAIR SOARES - 11º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador MARIO-ZAM BELMIRO - 12º Vogal Com o relator



A Senhora Desembargadora NILSONI DE FREITAS CUSTODIO - 13º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador JESUINO RISSATO - 14º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador ROBERTO FREITAS - 15º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador ALFEU MACHADO - 16º Vogal Com o relator
O Senhor Desembargador RÔMULO DE ARAÚJO MENDES - 17º Vogal Com o relator
A Senhora Desembargadora LEILA ARLANCH - 18º Vogal Com o relator

DECISÃO

Admitido o mandado de segurança, concedida a segurança. Julgado prejudicado o agravo interno. Unânime.

